

Artigo

Conservadorismo, liberalismo e socialismo científico: particularidades distintivas para um debate político

Laura Hêmilly Campos Martins¹
Francisco Thiago Cavalcante Garcez²
Ítalo Moura Guilherme³

Resumo

Conservadorismo, liberalismo e socialismo são temas candentes que povoam o debate político. Na ebulição dos ânimos ruidosos: liberais e socialistas acusam os conservadores de atrasados e intolerantes; socialistas e conservadores acusam os liberais de egoístas e indiferentes ao sofrimento alheio; conservadores e liberais acusam os socialistas de dogmáticos e autoritários. O objetivo deste artigo é fornecer uma exposição sumária das noções de conservadorismo, liberalismo e socialismo científico. Quanto à metodologia, recorre-se a uma revisão bibliográfica sobre as nuances presentes nos termos em voga no espectro público. Conclui-se realçando a atualidade de conceitos cada vez mais deformados, sobretudo num período em que, no Brasil e país afora, assiste-se a uma crise de perspectivas e paixões que delineiam os confrontos políticos contemporâneos.

Palavras-chave: Conservadorismo; Liberalismo; Socialismo Científico; Política.

Conservatism, liberalism and scientific socialism: distinctive features for a political debate

Abstract

Conservatism, liberalism and socialism are burning topics that populate the political debate. In the boiling of noisy moods: liberals and socialists accuse conservatives of being backward and intolerant; socialists and conservatives accuse liberals of being selfish and indifferent to the suffering of others; conservatives and liberals accuse socialists of being dogmatic and authoritarian. The purpose of this article is to provide a summary exposition of conservatism, liberalism and scientific socialism. As methodology, a bibliographic review is used on the nuances present in the terms in vogue in the public spectrum. It concludes by highlighting the relevance of increasingly distorted concepts, especially in a period when, in Brazil and abroad, there is a crisis of perspectives and passions that outline contemporary political confrontations.

Keywords: *Conservatism; Liberalism; Scientific Socialism; Politics.*

¹ Possui Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. É Professora de Ensino Superior.

² Possui Mestrado Acadêmico em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará. É Professor de Ensino Superior.

³ Possui Mestrado Acadêmico em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. É Professor de Ensino Superior.

“**S**opram ventos malignos no planeta azul”. É com essa sentença que

Castells (2017) desenha o mundo assolado por um turbilhão de múltiplas crises. Com efeito, o debate público contemporâneo atravessa uma encruzilhada turbulenta, que abre espaço para uma forte onda de despreço e desconfiança nas instituições democráticas. A arena política alvorece como *locus* privilegiado de confronto aberto que eleva a voltagem dos radicalismos e opiniões agudas, à esquerda e à direita.

O argumento central deste trabalho defende que, na política - universo farto de paixões, contrastes e contradições - conservadorismo, liberalismo e socialismo persistem como palavras-chave alternativas à histórica querela “esquerda *versus* direita”. Não que a velha contraposição tenha desaparecido, entretanto ela não manifesta mais as clivagens que modelam o tecido social. Antecipa-se, desde já, que conservadorismo, liberalismo e socialismo não são apenas ideologias a mais. No seio do próprio paradigma conservador, liberal e socialista há muitas discrepâncias e dissensos. Portanto, fica difícil reduzir cada uma dessas formulações a um esquema teórico rígido e homogêneo. Sendo assim, é preciso realçar que a condição preliminar para enfrentar um exame detido dos três termos é a de que se prescindia da sua valia emotiva: bom, mau, desejável, indesejável, certo ou errado. Afinal, como foi sabiamente expresso por Raymond Aron (2016), “*o mundo moderno é muito complexo para ser reduzido a uma fórmula, uma condenação ou uma solução. Deve ser observado sem arroubos de entusiasmo ou de indignação*” (ARON, 2016).

O propósito deste artigo é trazer uma sistematização introdutória sobre as ideias principais que emolduram os grandes dilemas da política atual para dirimir algumas confusões e apresentar os recortes mais expressivos de cada vertente. Dessarte, as linhas que seguem estão longe de oferecer um inventário exaustivo sobre a teoria política ou estabelecer de modo acurado a “genealogia” dos conceitos. Ora, a discussão política contemporânea não poderia ser esgotada nos limites de um artigo.

Em diálogo com a bibliografia especializada, trata-se de examinar (ou reexaminar) desdobramentos conceituais e autores para fornecer pistas aos

questionamentos precípuos: O que é Conservadorismo? O que é Liberalismo? O que é Socialismo Científico? Entende-se que colocar essas perguntas é afiar ferramentas para margear respostas que interessam, sem o intento de desnudar verdades absolutas.

O trabalho foi edificado a partir dos seguintes tópicos: 1) *A política do ceticismo: sobre o espaço conservador*; 2) *A liberdade como valor supremo: o pensamento Liberal*; 3) *Ação política e transformação: o Socialismo Científico*. Esclarece-se que não há um fator cronológico que justifique a ordem escolhida. Trata-se apenas de uma opção metodológica. Por fim, o artigo segue de reflexões conclusivas.

A política do ceticismo: sobre o espaço conservador

O senso comum costuma presumir que o pensamento conservador é retrógrado, moralista, racista, imobilista e apegado a uma moralidade religiosa. De fato, parece haver um estigma (ou quase um insulto) em torno da expressão “conservador”, o que dificulta a compreensão das ideias e empobrece a discussão.

O conservadorismo, em termos de produção filosófica, é acentuadamente engenhoso e tem longa tradição intelectual, sobretudo na Inglaterra. Nasceu no curso de três grandes revoluções – a Revolução Gloriosa, de 1688, a Revolução Americana, que terminou em 1783, e a Revolução Francesa, de 1789. É produto do Iluminismo, mas invoca traços da condição humana que podem ser encontrados em todos os períodos da história, sendo herdeiro de um legado filosófico tão antigo quanto os gregos. Ademais, é uma tradição que remonta a David Hume (1711 - 1776) e encontra grande expressão em Edmund Burk (1729 - 1797) - autor crítico da Revolução Francesa. *Reflexões sobre a Revolução na França* representa a obra fundadora do conservadorismo político moderno e é nela que Edmund Burk tece severas objeções sobre o risco das revoluções violentas.

Imobilismo e/ou manutenção de privilégios não encontram ressonância no conservadorismo de Edmund Burk. Em sentido oposto, o ponto nevrálgico era a busca, gradual e progressiva, de soluções pacíficas para os conflitos

sociais e políticos em ebulição. Grosso modo, Edmund Burk foi um questionador rigoroso das rupturas violentas e apaixonadas que aniquilam as práticas salutares sob o argumento de pôr fim aos experimentos mal sucedidos. Por certo: liberdade, evolução e ordem são expressões substanciais no repertório político de Edmund Burk.

Outro autor revestido de acuidade analítica e vasta cultura filosófica é Michael Oakeshott (1901 - 1990), um dos mais proeminentes filósofos conservadores. Oakeshott (2018) leciona que o conservador é um cético, um descrente, um desconfiado em relação às grandes utopias revolucionárias. Além disso, elucida a filiação do pensamento conservador à tradição cética em filosofia. O ceticismo é o fundamento central da visão conservadora. Ceticismo em relação à possibilidade de que qualquer arcabouço de propostas tenha aplicação universal e seja capaz de findar os problemas da vida cívica.

Seria, então, o conservador um sujeito imobilista, reacionário, avesso ao progresso e à mudança, inimigo da modernidade? Não. É improcedente essa visão. E para desfazer equívocos, sobreleva a lição de Oakeshott (2020, p. 117):

Ser conservador é preferir o familiar ao estranho, preferir o que já foi tentado a experimentar, o fato ao mistério, o concreto ao possível, o limitado ao infinito, o que está perto ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, a risada momentânea à felicidade eterna. Relações familiares e lealdades têm preferência sobre o fascínio pelas alianças de momento.

O conservador reconhece a necessidade de adaptação aos tempos e às circunstâncias e compreende os limites das possibilidades de resolver todos os conflitos e os dilemas da vida em sociedade - como bem lecionou Burk (2014), “*precisamos reformar a fim de conservar*”. A posição política de um conservador é a da prudência, da preservação das experiências positivas que sobreviveram ao teste do tempo. Noutros dizeres, o conservadorismo rejeita propostas utópicas, cujo escopo é “descer o céu para a terra”, e considera perigoso o fogo da agremiação partidária feroz. Lucidez, prudência, ceticismo são palavras-chave no cerne da disposição conservadora. Por conseguinte, um

ambiente político marcado pelo caos institucional, pela instabilidade, desequilíbrio e autoritarismo é frontalmente anticonservador.

Deveras, Roger Scruton (1994 - 2020) também foi um intelectual britânico que, com argumentação sofisticada, analisou a origem e o desenvolvimento do conservadorismo, apresentando as ideias basilares da visão conservadora. Para ele, ser conservador é uma maneira distinta de ser humano e, em todas as esferas da vida, o temperamento conservador se afirmou: arte, literatura, música, ciência e religião. As tradições que os conservadores defendem têm a relevância de uma história bem-sucedida – o que quer dizer que elas são o resto palpável de algo que prosperou e não o fato mais recente numa série de começos ineficazes.

Assim entendidas, as ideias conservadoras são uma rica fonte de reflexão sobre a ordem política e parte necessária da tentativa de compreender quem somos, onde estamos e por quê. Segundo Scruton (2020), *“o conservadorismo surge diretamente da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente e da percepção de que esse fato é importantíssimo para determinar o que fazer”* (SCRUTON, 2020, p. 52).

Pelo exposto, cumpre realçar que os verdadeiros conservadores reconhecem que a realidade social e política é demarcada por uma contínua tensão entre permanências e metamorfoses. No mais, lançam olhar desconfiado para qualquer arcabouço de ideias com pretensão idealista totalizante - à esquerda e à direita - opondo-se, por exemplo, ao fascismo, nazismo e ao socialismo científico (ou marxista).

A liberdade como valor supremo: o pensamento liberal

O liberalismo teve sua gênese na Inglaterra, em meados do século XVII, insurgindo-se contra as monarquias absolutas e seu sistema econômico, o mercantilismo. Noutras palavras, o liberalismo assume como tarefa o controle do poder e da limitação das funções do Estado. Em suas raízes, erguia-se como continuação e aperfeiçoamento da herança das revoluções burguesas no curso final do século VIII e do republicanismo moderno.

Os expoentes pioneiros do ideário liberal foram Thomas Hobbes (1588 - 1679) e John Locke (1632 - 1704). Todavia, Adam Smith (1723 - 1790) é considerado o fundador da ciência econômica como disciplina autônoma e pai do liberalismo. Foi no século XIX que o liberalismo ganhou corpo como vertente da filosofia política. No curso da história, uma densidade de eruditos intelectuais empreenderam prodigiosos esforços na difusão das ideias liberais – Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, José Ortega y Gasset, John Stuart Mill, Milton Friedman, Friedrich August Von Hayek e Ludwig Von Mises formam alguns exemplos. Não obstante, é o filósofo inglês John Locke que, com efeito, consolida o pensamento liberal no âmbito da filosofia política. O respeito à vida, à propriedade, a separação dos poderes, a tolerância política e religiosa são grandes pilares do liberalismo defendidos por ele.

Ancorado nos postulados da ciência econômica, o liberalismo busca enunciar ferramentas a serem adotadas para que a humanidade, de modo geral, possa elevar seu padrão de vida. Defende a liberdade como valor fulcral, o indivíduo frente ao coletivo, à nação, à classe ou ao partido, e favorece a manifestação da cultura democrática. Adicionalmente, a ênfase da tradição liberal incide na defesa dos direitos do cidadão, à sua vida e à sua propriedade, e na luta por um sistema político que não centralize todo o poder nas mãos de um único sujeito. Com certo consenso, os liberais creem, ainda, que a sociedade deve controlar o funcionamento das instituições do Estado e primam pela responsabilidade individual, isto é, os indivíduos devem levar em conta as consequências dos seus atos.

Agora, lança-se uma indagação: seriam os liberais contra o Estado? Não, o liberalismo não defende o fim do Estado. Pelo contrário, quer um Estado forte, eficaz, responsável e funcional, que garanta a ordem pública, o cumprimento das leis, a igualdade de oportunidades, o bom funcionamento do mercado e que permita que os cidadãos incrementem a riqueza e trabalhem.

Entretanto, a igualdade que os liberais pretendem não significa a igualdade utópica de que todos alcancem os mesmos resultados nos ingressos e na renda, mas que todos partam de pontos mais ou menos similares para buscar os melhores resultados. Rotulado pelos inimigos do liberalismo como

desumano, Smith (2016), por exemplo, foi sensível aos horrores da miséria e convicto da importância da educação, que deveria ser financiada para os que não podiam pagar por ela. Ele afirmou, ademais, que nenhuma sociedade pode ser próspera e feliz se a maioria dos seus membros vive na miséria e na pobreza. Hayek (2010), por seu turno, argumenta em favor da ação pública que seja capaz de mitigar desastres dos quais o indivíduo não pode se defender e afirma que não há incompatibilidade entre o Estado oferecer alguma segurança ao cidadão e a preservação da liberdade individual. Friedman (2014), para complementar a ilustração, foi um ardoroso defensor da ideia de transferências diretas de renda.

Seria, então, o liberalismo uma receita econômica de livre mercado? Ao contrário do que o senso comum costuma supor, o livre mercado é uma peça mestra, mas não a única, do escopo liberal. Reduzir o liberalismo a uma política econômica de livre mercado é um completo equívoco. Smith (2016) jamais subestimou a relevância de um sólido arcabouço ético-jurídico para o sistema de mercado operar a contento. Já a obra de Hayek (2010) reúne empenho para combater o liberalismo caricato traduzido na mera defesa de um livre mercado irrestrito. De alguma maneira, são necessárias limitações, isto é, sem a pretensão de resolver todos os problemas da vida humana, a economia de mercado não passa de retórica se não for sustentada por uma ordem legal eficiente e honesta que assegure o respeito aos contratos e às normas de conduta legitimamente geradas pelos cidadãos e eficazmente aplicadas pela Justiça.

Mais: o liberalismo seria egoísta e alheio à esfera pública? Em autores liberais de robusta densidade filosófica, como Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville, encontra-se a premissa de que o individualismo desregrado e o afastamento da vida pública pavimentam a rota para governos autoritários e paternalistas. Preocupação exclusiva com os interesses privados e autonomia individual alheia à arena política são perigos flagrantes para a perda da própria liberdade.

O arguto ensinamento de Ortega y Gasset (2016) expressa que o liberalismo deita raiz numa atitude ante a vida e ante a sociedade pautada

na tolerância, no respeito, na determinação de coexistência com o inimigo, na defesa ferrenha da liberdade como valor axial. O liberalismo é, para ele, a suprema forma de generosidade, é o grito mais nobre que já ecoou neste planeta.

Aos olhos de Mises (2010), o liberalismo não é uma doutrina completa nem um dogma imutável. Pelo contrário, é a aplicação dos ensinamentos da ciência à vida social do homem. Em última análise, o liberalismo nada visa senão ao progresso do bem-estar material exterior ao homem e não promete felicidade e contentamento aos homens, mas, tão somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior. No que toca ao objetivo do liberalismo, o autor esclarece:

Há a opinião, bastante difundida, aliás, de que o liberalismo se distancia de outros movimentos políticos pelo fato de que coloca os interesses de uma parte da sociedade - as classes abastadas -, os capitalistas, os empresários - acima dos interesses das outras classes. Essa afirmação é totalmente errônea. O liberalismo sempre teve em vista o bem de todos, e não o de qualquer grupo em especial. Foi isso que os utilitários ingleses quiseram dizer. Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político que almejou a promoção e o bem-estar de todos, e não de grupos especiais (MISES, 2010, p. 38).

Há quem defenda - Stewart Jr (2019), por exemplo - que, embora mais tarde o liberalismo viesse a ser considerado uma “exploração dos mais pobres”, as grandes beneficiárias de seu advento foram as massas. O principal legado do liberalismo foi ter oportunizado um crescimento populacional sem precedentes na história da humanidade, acompanhado de um aumento na expectativa de vida e no conforto material. O inegável progresso econômico diminuiu a mortalidade infantil, aumentou a produtividade, criou empregos e possibilitou que a humanidade ganhasse mais anos de vida, com mais conforto.

Para findar esta seção, cabe relevo a síntese de Llosa (2019): o liberalismo representou desde a sua origem as formas mais avançadas de cultura democrática e é aquela que mais fez progredir, nas sociedades livres,

os direitos humanos, a liberdade de expressão, a defesa do meio ambiente e a participação do cidadão comum na vida pública.

Ação política e transformação: o socialismo científico

O pensamento socialista busca realizar uma crítica à ordem capitalista, colocando em pauta suas contradições e antagonismos. Foi a partir do socialismo que a sociedade capitalista passou a ser analisada como um acontecimento transitório, contrário às perspectivas liberais da economia política clássica em que o homem possui um caráter natural egoísta e, portanto, as suas relações de troca ocorrem como um estatuto da natureza. Nesse quadro, a gênese de uma classe tida como revolucionária - o proletariado - cria as possibilidades para o aparecimento de uma nova teoria crítica, que assume como tarefa a explicação crítica da sociedade e como objetivo final a sua transformação, bem como a dissolução das chamadas “verdades eternas” as quais o capitalismo naturaliza. Não basta interpretar a sociedade, é preciso transformá-la.

O pensamento socialista que desenvolve um conhecimento crítico da ordem capitalista e sua capacidade destrutiva e desagregadora atingiu seu ápice com dois gigantes da teoria social: Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1903). O rico legado desses perspicazes pensadores, objeto de múltiplas deformações e vulgarizações, é fundamental para uma leitura desmistificada do mundo burguês e abarca da filosofia à economia, assimilando três notáveis vertentes do pensamento europeu, ou seja, o *socialismo*, a *dialética* e a *economia política*.

Cabe contextualizar que, paralelamente aos movimentos revolucionários que despontaram no início do século XIX na Europa Ocidental, ganhava terreno um corpo de ideias que reivindicava a igualdade de todos os cidadãos - igualdade não somente do ponto de vista político, mas também quanto às condições sociais de vida - pondo em relevo a eliminação dessas diferenças. Saint Simon (1760 – 1825), Robert Owen (1771 – 1858) e Charles Fourier (1772 - 1837) foram expoentes do chamado “socialismo utópico”, ou “pré-marxista”, e evidenciavam uma nítida reação à realidade

inaugurada pelo modo de produção capitalista. E que realidade seria essa? Pois, as contradições que brotavam no capitalismo e que o caracterizavam derivavam, grosso modo, do antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Os proletários encontravam-se expropriados dos instrumentos de trabalho, confiscados pelos capitalistas e, assim, estavam submetidos a uma dominação econômica.

Karl Marx e Friedrich Engels assinalaram as boas ideias da literatura socialista utópica, mas sem deixar de apontar suas fragilidades. Para eles, os socialistas utópicos não apresentaram os meios capazes de promover mudanças radicais na sociedade burguesa. Tendo como ponta de lança a mercadoria, o modo de produção capitalista foi levando ao aprofundamento da pobreza, a agudização exponenciada de crises econômicas e a barbarização da vida social. Qual foi, então, a alternativa proposta pelo socialismo marxista ao capitalismo? Com efeito, foi a “revolução proletária” e a socialização dos meios de produção.

Resende (2013) traz de forma esquemática a crítica socialista marxista ao capitalismo: a) a econômica, segundo a qual a ordem capitalista seria instável, sujeita a crises recorrentes até a crise final, que abriria espaço para a alternativa socialista; b) a social, segundo a qual o sistema capitalista seria injusto, pautado na exploração do trabalho assalariado e na concentração de riqueza, sendo incapaz de eliminar a pobreza; c) a política, segundo a qual a democracia capitalista é uma impostura. A alienação cultural impediria os trabalhadores de compreender que não há interesses comuns, mas, sim, interesses de classes, que não podem ser reconciliados na democracia representativa; d) a cultural, segundo a qual a realidade capitalista levaria à alienação dos trabalhadores em relação a seus verdadeiros propósitos, pois no capitalismo a sociedade é egoísta, alienada e consumista.

A alienação, segundo Marx (2004), seria um dos fatores responsáveis por impedir os trabalhadores de compreender que não há interesses comuns – sejam nacionais ou da igualdade genérica, natural e universal –, mas, sim, interesses de classes, que diante de um antagonismo posto entre proletariados e burguesia não podem ser reconciliados segundo a visão econômica liberal.

Karl Marx toma por princípio o fato nacional-econômico para demonstrar que a alienação é condição inerente à sociedade capitalista. O trabalho, atividade histórica do homem que proporciona a superação deste sobre a natureza que oferece os meios de vida, é usurpado pelo capital, alienado – ou seja, exteriorizado –, e ao invés de ser reconhecido pelo trabalhador como fonte material de sua produção e riqueza, gera miséria. É no trabalho como infortúnio da miséria no sistema capitalista que o homem defronta-se com seu produto, sua criação, e estranhado de sua atividade essencial que não a reconhece. De modo adicional:

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

A crítica ao capitalismo presente na obra de Karl Marx partiu de um ponto de vista socialista e concentrou preocupações com o socialismo, com a superação das relações de produção capitalistas e com a construção do sujeito revolucionário. Todavia, Karl Marx deu poucas indicações sobre como organizar o trabalho em uma sociedade socialista. No primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, propõe que se imagine uma associação de homens livres, que trabalhem com os meios de produção coletivos e que conscientemente despendam suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. Em síntese, um tipo de sociedade em que a distribuição do produto social se dê não tendo em vista a troca de mercadorias, mas a produção e distribuição planejada da mercadoria.

Mesmo no fim de sua vida, Karl Marx retrucou uma espécie de dogma programático do socialismo, como se vê na obra intitulada *Crítica do Programa de Gotha* - na qual toma primazia pelos atos sociais revolucionários em relação a um programa com pautas previamente construídas por uma espécie de núcleo-duro de um partido ou movimento social. Com Friedrich

Engels, Karl Marx insiste que as pautas são construídas na luta e, sem isso, as plataformas socialistas se tornam vazias.

A teoria social de Karl Marx e Friedrich Engels propiciou uma acentuada contribuição para a análise das relações entre as classes sociais e serviu de inspiração para grandes empreendimentos críticos e militantes, desmistificadores da ordem capitalista. A rota traçada pelo socialismo foi o compromisso com a construção de uma ordem social na qual fossem eliminadas as relações de exploração entre as classes sociais.

Vale destacar, ainda, um ponto importante. Em algum aspecto, a tentativa de realizar o socialismo ocupa hoje várias frentes de organizações críticas do capitalismo, mas no início do século XX, com a Revolução Bolchevique, as ideias de Marx rumaram para uma tentativa de inaugurar o programa transitório do socialismo ao comunismo na organização do Estado, delineando assim o desígnio de pôr a classe trabalhadora no primado sócio-histórico. Entretanto, a experiência dita socialista, para alguns teóricos do Instituto de Frankfurt, como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Walter Benjamin, no geral, transformou-se em um regime totalitário. Nos termos de Jay (2008):

Somente após uma década [de 1920], depois dos processos de Moscou, Horkheimer e os demais, com a única exceção do obstinado Grossmann, abandonaram por completo a esperança em relação à União Soviética. Mesmo então (...) eles concentraram a atenção da teoria crítica no autoritarismo esquerdista da Rússia de Stalin.

A propósito, o *Manifesto do Partido Comunista* figura entre as obras mais impactantes da cultura política ocidental. A força do manifesto fez classes sociais, indivíduos e grupos protagonizarem a busca de respostas para os dramas humanos potencializados pela engrenagem do modo de produção capitalista. O contexto histórico em que nasceu o “pequeno” livro se caracteriza por ebulições sociais e políticas, uma conjuntura marcada pelo pleno andamento da marcha capitalista no século XIX. E assim convoca os “proletários” a tomarem consciência da dimensão eminentemente política de seus males.

O socialismo científico pôde confrontar o liberalismo, o direito burguês, a liberdade e a igualdade burguesas, o Estado representativo, a concorrência burguesa. Sumariamente, aqui está o fulcro dos pressupostos da teoria socialista: transformar o mundo, conjugar o pensar e o agir, a reflexão crítica e a ação revolucionária; emancipar o homem pela superação radical da ordem social orquestrada pelo capital. Em sua famosa 11^a tese sobre Feuerbach, Marx (2007, p. 535) anunciou: “*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*”.

Considerações Finais

Nos últimos anos, o debate público no Brasil assistiu ao acirramento de contraposições. Contraposições que retomam a velha díade tradição-progresso. Amiúde, boa parte da confusão advém do escasso rigor com que são usados os termos conservadorismo, liberalismo e socialismo. Ora, lutas em defesa de causas justas, por vezes, transformam-se em raso linchamento. Logo, no decorrer das páginas precedentes foram trazidos às claras motes elucidativos para introduzir algumas particularidades dos conceitos de conservadorismo, liberalismo e socialismo científico – cada qual revestido de impacto sócio-histórico e complexidade.

O paradigma do conservadorismo orienta para a manutenção de uma postura cética em relação à política e aos políticos. Tomando-se de empréstimo o legado de Oakeshot (2020), o sujeito de disposição conservadora não se deixa seduzir pelo fogo das paixões políticas; rejeita e luta contra a estatização da vida em sociedade; não se rende facilmente a uma melhora desconhecida; não veleja por mares estranhos; prefere a segurança ao perigo; é naturalmente apreensivo com o desconhecido, prudente e precavido.

Questões ainda prementes sobre direito civis, liberdade, separação dos três poderes continuam sendo respondidas à luz do paradigma liberal. Liberalismo é liberdade econômica e liberdade política; é o símbolo da cultura democrática; é igualdade perante a lei; é cooperação; é responsabilidade individual; é a defesa de um Estado funcional - nem mínimo, nem máximo - apenas mais responsável, eficiente e transparente; é a defesa de um Estado

que prima pelo respeito à ordem pública, à lei, à liberdade e a igualdade de oportunidades. No mais, em sentido oposto ao de certos grupos enfeitados pelo livre mercado e pelo individualismo exacerbado - que reivindicam a tradição liberal, mas que o fazem de uma forma equivocada - a doutrina liberal chancela a soberania popular como um dos princípios primordiais da filosofia política e reconhece que uma economia de mercado irrestrita e sem subsídios ético-jurídicos pode fracassar em selvas predatórias.

O conteúdo invocado pelo cerne do pensamento liberal, que tem como fundamento precípua o direito natural da propriedade privada, é frontalmente combatido pelo socialismo de inspiração marxista. A substância da tradição do socialismo científico - ou marxista - é a força ativa, o movimento político, a ação dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais. O socialismo instaura as bases para que os sujeitos explorados e inseridos no processo de acúmulo permanente do capital vislumbrem a possibilidade de uma transformação radical da sociedade e protagonizem um projeto revolucionário no qual o trabalho explorado e a propriedade privada sejam eliminados.

O presente texto não esgota a discussão. Arremata-se reforçando o convite para que se aprimorem os horizontes analíticos e se leve a bom termo uma arguta reflexão crítica, não perdendo de vista o valor das particularidades distintivas no que diz respeito aos cenários políticos atuais. Dito isso, deve-se finalizar com a oportuna mensagem de Isaia Berlin: *“é tedioso ler os aliados, aqueles que concordam com nossos pontos de vista. Mais interessante é ler o inimigo, o que põe à prova a solidez das nossas defesas. O que sempre me interessou, na verdade, é descobrir o que tem de frágil, de débil ou de errôneo nas ideias em que acredito. Pra quê? Para poder corrigi-las ou abandoná-las”*.

Referências

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CONSTANT, B. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos.** São Paulo: Edipro, 2019.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade.** São Paulo: LTC, 2014.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

ISAIAH, B. **Ideias políticas na era romântica: ascensão e influência no pensamento moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JAY, M. **A Imaginação Dialética - História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais (1923-1950).** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LUDWIG, M. **Liberalismo.** São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MILL, J. S. **Sobre a liberdade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

OAKESHOTT, M. **A política da fé e a política do ceticismo.** São Paulo: É realizações, 2018.

OAKESHOTT, M. **Conservadorismo.** Editora Âyiné, 2020.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas.** São Paulo: Vide Editorial, 2016.

RAYMOND, A. **O ópio dos intelectuais.** São Paulo: Três Estrelas, 2016.

RESENDE, A. L. **Os limites do possível: a economia além da conjuntura.** São Paulo: Porfolio-Penguin, 2013.

SCRUTON, R. **Conservadorismo: um convite à grande tradição**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes; 3ª edição, 2016.

STEWART, D. **O que é o liberalismo**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Edipro, 2019.

VARGAS, L. M. **O chamado da tribo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.